

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e doze, na sala de Reuniões N° 06 (seis), do décimo primeiro andar do Prédio Minas, na Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais, de 15h às 18h, realizou-se a décima segunda reunião extraordinária do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado de Minas Gerais. Estiveram presentes à reunião as seguintes instituições representadas, conforme lista de presença: a SEE, UFMG, SECTES, CEE-MG, FORGRIPES, UNDIME, UFSJ, IFTM, UFLA, UFV, UNIFAL, UEMG, UFJF, UNCME-MG, UNIFEI, UNIMONTES, UFVJM, UFOP, UFTM, IFSULDEMINAS, IFMG, IFNMG, NUCLEOS OU CENTROS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DAS IPES e SIND-UTE. Faltaram à reunião: CEFET-MG, UFU, e MEC. Participaram como observadores: Daiane (UEMG) Wagner Evangelista (UNDIME-MG), Ricardo Risso Chaves (UNIFEI), Sônia Andère Cruz (SEE), Jurema Ribeiro de Faria (SEE) e Rita de Cássia Vidal Rodrigues (SEE). Os trabalhos foram instalados às quatorze horas, pela presidente, Professora Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Estado de Educação. Primeiro item da pauta -. Leitura da ata da reunião anterior, que aprovada, foi assinada pelos presentes à décima primeira reunião extraordinária do FORPROF. Segundo item – Admissão de novos membros: Faculdade Católica de Uberlândia e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE). Como não houve quórum qualificado para deliberação na reunião de 07 de agosto de 2012, conforme o disposto no §3º do ART. 7º e no ART. 8º, decidiu-se transferir a votação desta matéria para esta reunião. A UFU foi a relatora do pedido de admissão da Faculdade Católica de Uberlândia, e quanto à ANFOPE, coube esta incumbência à Profa. Santuza Abras (UEMG). Após a conferência dos participantes para se determinar dentre os presentes o número de votantes e de representantes sem direito a voto e havendo quórum, foi votada a admissão dos novos membros, com aprovação unânime dos votantes. Terceiro item – Definição do calendário de reuniões do FORPROF 2013 – A Professora Ana Lúcia sugeriu que se

formasse uma comissão para levantar questões para compor pautas para as reuniões. Todos aprovaram e sugeriram nomes, ficando assim constituída a referida comissão: uma representante dos núcleos ou Centros de Educação a Distância das IPES-MG (Tânia Rossi Garbin), um representante da UFV (Frederico José Vieira Passos), um representante da UFJF (Flávio Iassuo Takakura), uma representante do Conselho Estadual de Educação (Ângela Dalben) e uma representante do SIND-UTE (Feliciano Alves do Vale Saldanha). Foram definidas as datas convenientes para as próximas reuniões do colegiado, prevendo-se um mínimo de quatro reuniões anuais que deverão ocorrer em janeiro, março, agosto e novembro. Essas reuniões têm como objetivo discutir e articular ações para formação inicial e continuada de professores, definição de diretrizes pedagógicas para subsidiar sistemas de ensino e também critérios para estabelecimento de prioridades para participação dos professores em cursos de formação, entre outros assuntos. A Professora Ana Lúcia comunicou sua ausência na próxima reunião devido à cirurgia a que será submetida e anunciou que o Vice-Presidente do Fórum, Prof. Flávio Iassuo Takakura presidirá a reunião de 28 de janeiro de 2013, ocasião em que a SEE será representada pela Secretária Adjunta, Professora Maria Sueli de Oliveira Pires. Quarto item – discussão das articulações da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para 2013. Foi definido discutir o assunto em reunião com representante da CAPES.

Quinto item – Organização da demanda (classificação dos interessados) e alternativas para a Plataforma Freire em 2013. A Professora Ana Lúcia observou que é fundamental ter neste momento uma boa estratégia de escuta, que acompanhe as demandas para que as ofertas de formação de professores sejam pontuais e condizentes com a realidade. Segundo ela, “precisamos saber onde o conhecimento do professor está desatualizado, entender também este novo alunado, levar em conta as novas tecnologias”. Referiu-se ao sucesso da Magistra neste campo. O Professor Carlos Alberto Raposo sugeriu que se convide o Professor João Carlos Teatini, da CAPES, para a próxima reunião. A Subsecretária de Informações e Tecnologias Educacionais, Professora Sônia Andere Cruz, destacou ainda que é necessário saber, por exemplo, se a logística para os cursos de formação de docentes chega a locais onde realmente há demanda, se atende aos interesses dos professores, se os

educadores e futuros docentes sabem usar as plataformas dos cursos e quantos conseguem concluir os cursos oferecidos. Completou dizendo que "precisamos acompanhar e diagnosticar as formações oferecidas para servir melhor, e, inclusive, se há divulgação, se é atraente, se existe dúvida em relação à procedência da certificação". O Professor Frederico Passos, da UFV, concordou e acrescentou que "o estado tem de mapear o que precisa para formação de docentes, para assim estabelecermos no Fórum como as universidades mineiras podem suprir estas demandas". Para ele é necessário somar e alinhar as deficiências e necessidades já observadas pelo Estado via SEE às discussões sobre oferta de formação de professores e seus desafios que já acontecem dentro das universidades. A Profa. Ana Lúcia lembrou que o Fórum dá condições ao colegiado de formalizar sugestões frente ao Ministério da Educação (MEC) e sua fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Segundo ela, em alguns casos é preciso, inclusive, pleitear mudanças jurídicas, que podem viabilizar projetos importantes para realidades regionais. Referindo-se aos riscos da universalização de medidas, para todo o país, lembrou que Minas Gerais é um estado complexo no tamanho e na diversidade, com a maior concentração de universidades federais de todo o país, sendo necessário que isso seja levado em conta. O representante da UFLA, Ronei Ximenes Martins, lembrou que é necessário cobrar da CAPES o calendário dos cursos a distância, pois só foi divulgado o dos cursos presenciais. Sexto item – Lei Federal nº 12711, de 29/08/2012 – reserva de vagas nos concursos seletivos para ingresso nos cursos de graduação para candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escola pública. Em tempo: a Professora Ana Lúcia informou que a Secretaria de Estado da Educação está estendendo o PIP para as escolas municipais e quer ajuda das universidades no sentido de avaliar, o programa e apoiar a capacitação de todos os gestores e professores das redes municipais. Nada mais havendo a ser tratado, às 18h e 15min a presidente deu por encerrada a reunião, e eu, Sonia Andère Cruz, lavrei a presente ata que, após lida, se aprovada, será assinada por mim e demais presentes. Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2012.

Sônia Andère Cruz, Ah Gazzola
Heloísa Lúcia Sobrinha Wagner José Romão Barbosa
Heloísa Sobrinha Ronei Ximenes Martins Frederico Passos Santuza Lúcia
Jairton R. P. E. Angélica Balben